

**Diário Notícias**

12-03-2018

**Periodicidade:** Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Economia**Dimensão:** 2848 cm<sup>2</sup>**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/4/5

# Segurança Social mandou fechar 133 lares em 2017

Maior pressão nas inspeções fez aumentar o número de ilegalidades detetadas. Ao todo, o Instituto da Segurança Social encerrou 167 estruturas por falta de condições, entre as quais 12 creches. PÁGS. 4 E 5

## DN+ Segurança Social

### MINISTÉRIO PÚBLICO

Instituições particulares de solidariedade social têm vindo a ser investigadas.

#### Uma arguida no processo Raríssimas

➤ A Associação Nacional de Doenças Raras e Mentais, Raríssimas, é uma das instituições particulares de solidariedade social que estão a ser investigadas pelo Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa. Paula Brito da Costa, a anterior ex-presidente da associação, é a única arguida até ao momento neste processo, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR). Está indiciada pelos crimes de peculato, falsificação e recebimento indevido de vantagem.

#### O Sonho investigada depois de denúncia

➤ O DIAP de Setúbal realizou já em fevereiro buscas à associação O Sonho, de apoio à infância, na sequência de denúncia pela prática dos crimes de fraude na obtenção de subsídio, participação económica em negócio e peculato. As buscas foram presididas pelo Ministério Público e levadas a cabo pela PJ de Setúbal com a coadjuvação da Segurança Social. Realizaram-se junto dos equipamentos sociais da IPSS e no domicílio dos dirigentes.

#### Polícia Judiciária na Fundação O Século

➤ No início de janeiro, a PJ realizou buscas nas instalações da Fundação O Século, na sequência de mandados emitidos pelo Ministério Público da comarca de Lisboa Oeste. Investiga-se a prática de condutas ocorridas desde 2012 e a prática dos crimes de peculato e de abuso de poder. O processo prossegue na 3ª Secção do DIAP de Sintra da Comarca de Lisboa Oeste coadjuvado pela da PU/Unidade Nacional de Combate à Corrupção.

#### Funcionários acusam em Ponte de Lima

➤ A Casa de Caridade da Nossa Senhora da Conceição, em Ponte de Lima, está a ser alvo de um inquérito por parte do DIAP de Viana do Castelo, confirmou a PGR. Na origem da investigação estão denúncias dos funcionários, alegadamente de corrupção, favorecimento e assédio sexual. Já em relação à Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal, trata-se de uma inspeção da Segurança Social, nomeadamente às contas, serviços e procedimentos.

# Estado mandou fechar 133 lares por falta de condições

**Fiscalização.** Foram ainda detetadas 12 creches em situação irregular. Subida de inspeções faz aumentar ilegalidades detetadas

CÉU NEVES

Ainda o ano de 2017 estava no início quando no mesmo dia o Instituto de Segurança Social encerrou dois lares, um em Alenquer e outro em Sesimbra. Eram ilegais, não tinham condições para receber os utentes, o que levou à intervenção das autoridades, com as pessoas a ser reencaminhadas para outras instituições ou para a família. São os casos urgentes e que exigem solução imediata. No ano passado foram selados 13 no âmbito destas intervenções. Mas muitos mais lares receberam ordem de fecho: 133, o máximo nos últimos anos, sendo 71% das estruturas sociais chumbadas (no total foram 167).

Ao maior número de equipamentos sociais obrigados a encerrar correspondeu também o aumento das ações de fiscalização no ano passado, segundo informação do Instituto da Segurança Social (ISS). Nesse período foram fiscalizados 1488 estabelecimentos sociais, mais de metade dos visitados entre 2015 e 2017 – no total foram inspecionados 2867.

Naqueles três anos, o ISS propôs a suspensão de 62 acordos de cooperação, levantou 1710 autos de contraordenação e 61 de ilícitos criminais, estes últimos enviados para o Ministério Público.

As ações de fiscalização decorreram no âmbito da intervenção direta, mas também de “denúncias que se revelaram consistentes depois de analisadas”, sublinham os responsáveis do ISS ao DN. E, em 167 unidades, foram detetadas justificações para as encerrar. Além dos lares de idosos, incluem-se

nesta lista 12 creches e 20 estabelecimentos distribuídos por centros de dia, serviços de apoio domiciliário, atividades de tempos livres e lares de infância e juventude.

A falta de licenciamento, por si só, não leva ao encerramento imediato. “Os motivos prenderam-se, em geral, com deficiências graves nas condições de salubridade, higiene e conforto dos utentes, incluindo falhas no número e qualificação dos recursos humanos, suscetíveis de colocar em risco os direitos e a qualidade de vida dos utentes, nomeadamente a sua integridade física e psíquica (art.º 35.º do decreto-lei n.º 64/2007, de 14 de março)”, esclareceu o ISS.

#### Urgentes e menos urgentes

Outra questão tem que ver com os estabelecimentos mandados encerrar e os que fecham efetivamente. No ano passado fecharam diretamente os casos assinalados como “urgentes”: 13 lares e duas creches. Aos outros 120 lares e dez creches foi dado um prazo para o fazer.

Uma ação de fecho imediato exige um planeamento e/ou articulação com outras entidades, como a Autoridade de Saúde e/ou o INEM, as forças de segurança e os técnicos

**“Mandam encerrar, mas muito poucos cumprem a ordem. Só 10 % fecham efetivamente”, critica representante do setor privado**



OUTRA FISSÃO/ALAN MAREZ

de ação social dos serviços distritais do ISS. Ao DN, os dirigentes do Instituto explicaram que procedem “ao encerramento urgente quando se verifica perigo iminente para os direitos dos utentes e para a qualidade de vida, suscetível de pôr em risco a integridade física e psíquica, sendo, nestes casos, recolhida prova para comunicação ao Ministério Público”. Os utentes “são encaminhados ou para as famílias, se estas assim o decidirem, ou para respostas alternativas dignas”, acrescentaram.

No que diz respeito aos restantes, devem fazer melhorias e pedir nova fiscalização ou optar por fechar as portas. Mas nem sempre o fazem, acusa João Ferreira de Almeida, presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos (ALI), que representa o setor privado. Crítica ainda o baixo número de inspeções aos lares clandestinos, que diz serem metade do total das fiscalizações, “quando deveriam ser uma prioridade”.

“Mandam encerrar, mas depois muito poucos cumprem a ordem. Anteriormente, só divulgavam o número de encerramentos, o que é muito falacioso. Agora começaram a indicar os urgentes, em geral cerca de 10% das ordens de encerramentos. Só esses encerram na hora

e são de facto fechados. Os outros, a que chamam encerramento administrativo, é dado um prazo de 30 dias e a maioria não fecha. E, até, conheço casos em que voltaram a abrir ou abriram em outro lado”, denuncia João Ferreira de Almeida, acrescentando: “Até percebo o problema da Segurança Social: quando essas casas clandestinas encerram, recuso-me a falar em lares, os utentes têm de ser transferidos para outras instituições particulares de solidariedade social e não há vagas. E, mesmo que houvesse, a despesa disparava, o que não é muito conveniente. Agora se as pessoas estão a passar mal ou não, já é outra questão.”

É proprietário de um lar e a sua associação representa o setor privado, que tem cerca de 680 lares dos 2418 referidos na carta social. Estima que existam entre 30 mil e 35 mil unidades clandestinas.

Outra das responsabilidades do ISS é o acompanhamento. Entre 2015 e 2017 foram desencadeadas 23 215 ações. São “visitas aos estabelecimentos de natureza privada, a fim de verificar o modelo de funcionamento das respostas sociais e os serviços prestados aos utentes”. O objetivo é que corrijam as irregularidades.



A falta de condições de higiene, de conforto e de recursos humanos qualificados foram as principais deficiências encontradas pelos técnicos do ISS nas fiscalizações efetuadas

## ENTREVISTA

“Temos de ter resposta para os idosos vítimas de violência”



ISABEL DIAS  
DOCENTE NA  
FACULDADE DE  
LETRAS DA  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO

No projeto HARMED – Abuso de idosos: Determinantes sociais, económicas e de saúde afirma que estes são mais vulneráveis à violência e a maus-tratos. Porquê?

Estamos a falar de pessoas com baixo grau de autonomia, que estão dependentes da prestação de cuidados de terceiros, cuidadores familiares ou cuidados formais, e que estão mais vulneráveis. Não quero com isto dizer que existe uma relação direta entre dependência e vulnerabilidade, mas é um fator de risco. Em que contexto é mais provável acontecerem esses abusos? O abuso pode acontecer em contexto familiar ou institucional. Em contexto institucional, nos lares, a questão é ainda mais problemática porque o abuso é perpetrado por pessoas que são pagas para prestar cuidados ao contrário do que acontece na família. Na família, a prestação de cuidados pode causar um certo stress do cuidador que vê essa prestação como um fardo, uma sobrecarga. Mas nos lares, quando não há uma supervisão das instituições, é maior a exposição a abusos. Há ainda outra questão: muitas vezes os idosos não têm a consciência de que aquela má prática configura uma situação de abuso.

Deveria haver legislação que visasse apenas os idosos?

Sim. A lei cobre todo o tipo de vítimas, mas temos um paradigma muito voltado para a violência de género. As estatísticas justificam isso, não estou a dizer que não. Agora é importante não perdermos o foco em algumas categorias sociais específicas como as crianças e os idosos. Neste momento, temos um conjunto de medidas muito voltadas para apoiar as mulheres vítimas, que são muito importantes, mas temos igualmente de ter respostas sociais para os idosos que são vítimas de violência em contexto familiar ou institucional. Há que desenvolver campanhas de sensibilização sobre os maus-tratos e negligência contra idosos.

94 067

## Camas para idosos

Número registado na Carta Social de 2015, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social, nos 2418 lares legalizados.

173 573

## Idosos com apoio diário

Entre estes, 108 317 têm apoio domiciliário, dado por 2707 estabelecimentos. Juntam-se os 65 250 utentes de 2086 centros de dia.

117 713

## Crianças em creches

Número de utentes das 2673 unidades existentes no país. A fiscalização mandou encerrar 12 no ano passado, duas com urgência.

## O “lar” encerrado que agora é família de acolhimento

**PROCESSO** Em 2012, casal já tomava conta de idosos, mas foi considerado lar ilegal. GNR deteve-os após encontrar armas. Agora estão legalizados

A vida de Edite e Jacinto foi virada do avesso no verão de 2012, quando guardas da GNR, funcionários judiciais e da Segurança Social lhes bateram à porta de casa, onde tomavam conta de quatro idosos. As notícias anunciaram o encerramento de um lar ilegal, na aldeia de Castelo, Vila Cã (Pombal), onde haveriam de ser encontradas 15 armas, munições e cartuchos. O casal foi detido e mais tarde julgado e condenado. “Isto nunca foi um lar. Mas os jornais e as televisões chamaram-lhe assim”, conta ao DN Edite Rodrigues, sentada na sala da moradia onde hoje toma conta de três idosos, en-

quanto família de acolhimento devidamente legalizada e acompanhada pela Segurança Social de Leiria. Na verdade, Edite fora notificada para regularizar a situação atempadamente. “Mas no dia em que veio cá a senhora da Segurança Social eu estava para ir a uma consulta e disse-lhe que não a podia atender naquele momento. Foi o meu azar.” A época, nenhuma das idosas manifestou qualquer indício de maus-tratos. Pelo contrário. “A filha de uma das idosas contou que eram bem tratadas e choraram muito quando saíram” – pode ler-se na notícia do *Correio da Manhã* publicada a 25 de julho de 2012. O caso deixou marcas profundas na família, até hoje. “Os meus filhos eram muito pequenos, viram os guardas entrar por aqui e virar a minha casa toda de pantanas.”

Jacinto sempre fora caçador e

coleccionava armas, várias de herança, sobretudo para decoração.

Edite nasceu numa aldeia perto do Castelo, onde haveria de construir a vivenda, quando se casou, em 1995. Conta ao DN que sempre gostou de tomar conta dos mais velhos, desde muito nova, quando um tio idoso e sem filhos ficou aos cuidados da família. Criava pintos e trabalhava no campo, até que, quando o marido regressou de uma temporada emigrado, decidiu fazer daquela a sua ocupação.

Depois do processo, e apoiado pelas técnicas da Segurança Social, o casal legalizou a atividade. Atualmente acolhe três idosas, na casa dos 80 anos, de mobilidade reduzida. É o caso de Maria do Carmo Leitão, 82, antiga auxiliar de ação educativa, solteira e sem filhos. “Quando saí do hospital o meu irmão já tinha arranjado esta casa da D. Edite. Nunca tive muita

sorte na vida mas acabei por ter. Ela não me podia tratar melhor”, disse ao DN. Cada uma das idosas tem um quarto individual. Edite trabalha sozinha – contando apenas com a ajuda do marido e dos filhos, quando estão em casa. E alguma vez teve formação para lidar com idosos? “Não, mas tenho pena. Gostava muito de fazer, mas nunca posso sair daqui. Nunca tenho um domingo, um feriado, não posso sair para ir a uma festa, estou sempre aqui. Mas gosto do que faço.”

Cada uma das idosas paga 500 euros por mês pelo acolhimento, além das despesas de saúde. Na freguesia de Vila Cã – onde a população idosa rondará os 60% – há pelo menos outra família de acolhimento registada, apesar de alguns populares garantirem que “são como cogumelos”. “Os lares são poucos e caros, as pessoas têm de ir para algum lado”, disse ao DN a colaboradora de um lar da região, que pediu o anonimato. A presidente da junta de freguesia, Ana Tenente, considera que as famílias de acolhimento como aquela – que conhece – prestam um importante serviço social à comunidade.

PAULA SOFIA LUZ